

XV ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE e PRÉ-ALAS BRASIL.

04 a 07 de setembro de 2012, UFPI, Teresina-PI

**GT15 - Reestruturação produtiva, precarização do trabalho e saúde do
trabalhador**

Impacto da precarização e flexibilização laboral nos professores da Rede
Pública do Estado do Ceará

**Daniel Italo Alencar Barros (UFC) – diabarros@gmail.com
Cássio Adriano Braz de Aquino (UFC) – brazaquino@ufc.br
Melina Sousa Gomes (UFC) – melinasousagomes@gmail.com**

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. INTRODUÇÃO

Ao refletirmos sobre os significados e sentidos que são referidos ao trabalho em diferentes e diversos momentos da história humana, uma característica é bem clara e intrínseca à nossa análise: sua dualidade. Em um entendimento é fardo, pena, martírio, apresentando um caráter negativo. Na antiga sociedade Grega era próprio de um “homem bem-nascido” desprezar o trabalho manual, atividade que era exercida por escravos ou homens não-livres; “se pudessem os trabalhadores fugiriam do trabalho como se foge de uma peste”, afirma Marx (1989) em meados do século XIX, apresentando o caráter negativo do trabalho, transformado pela lógica do fetiche e da mercadoria, onde trabalho se transforma em trabalho imposto e exterior ao indivíduo.

Em outro momento apresenta-se com um caráter positivo, emancipatório. O próprio Marx elucida o trabalho como necessário para a humanização do ser e sua relação com a natureza, afirmando que o primeiro pressuposto de toda história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos. E o primeiro ato histórico destes indivíduos, pelo qual se diferem dos animais, não é o fato de pensar, mas o de produzir seus meios de vida (Marx, 1989).

Caminho para “salvação e honra”, ao lermos os escritos de São Tomás de Aquino no final da Idade Média e os de Weber e sua ética positiva do trabalho apresentando o trabalho como caminho para a salvação terrena e celestial. Fazemos lembrar, também, os escritos de Durkheim ao afirmar que na medida que avançamos na escala evolucionária, os laços que ligam os indivíduos à sua família e às tradições se tornam fracos, e conquanto a divisão do trabalho se torna a principal fonte da solidariedade social, ela se torna a fundação da ordem moral. (Durkheim, 1999).

A concepção e sentido de trabalho ao longo da história da humanidade não é consensual, mas mutável, transformando-se e apresentando diversos valores e domínios, significados e sentidos, apresentando uma característica multidimensional, sem nunca deixar de ser categoria central na vida dos sujeitos, firmando-se como fator de extrema importância na produção da subjetividade, sendo categoria subjetiva e objetiva chave, questão central seja ela do ponto de vista econômico, filosófico ou ideológico.

O processo de reestruturação produtiva pelo qua vem passando a economia

global e as diversas e profundas transformações que atingem os trabalhadores desde a década de 80 da centúria passada fizeram do trabalho um dos temas mais estudados da Sociologia. Mesmo com as inúmeras previsões de que o mesmo estaria deixando de ser categoria chave da disciplina no momento em que começava a perder a centralidade que exerce na organização da vida social (Offe, 1989), os estudos relacionados à temática se proliferaram para a compreensão de uma nova morfologia do trabalho. Efetivando a compreensão das modificações ocorridas, estudos tem sido produzidos sobre suas várias manifestações, almejando o entendimento das profundas transformações e suas implicações para a sociedade.

O que procuramos compreender são as consequências de uma nova organização no mundo do trabalho e a conseqüente precarização laboral na formação e construção da subjetividade e das relações sociais do trabalhador em seu espaço laboral e como essas formas flexíveis de trabalho são percebidas, tendo como pressuposto e entendimento que o processo de precarização não é um fenômeno homogêneo, mas atinge de forma particular diferentes segmentos e contingentes sociais, podendo ser estudado em diversas áreas de atuação.

Procuraremos nos focar no estudo da realidade laboral dos professores da rede pública de ensino do estado do Ceará, usando como referencial teórico a Sociologia do Trabalho e a Psicologia Social do Trabalho, tendo em nosso entendimento que a análise da subjetividade e das relações sociais é por definição um projeto interdisciplinar, exigindo um esforço de compreensão de diferentes campos teóricos (Nardi, 2006); norteando nossos estudos nas teorias de Alonso, Antunes, Aquino e Castel, objetivando a problematização e compreensão dos processos e modos de subjetivação, das relações entre subjetividade/trabalho, precarizado e flexível.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O desenvolvimento do capitalismo-industrial e sua permanência como sistema hegemônico nas esferas econômica, social e política é possibilitado por transformações que ocorrem em sua própria lógica estrutural. Essas reformulações, mutações, adaptações históricas é o que denominamos de reestruturação produtiva do capital. O início do século XX desponta apresentando uma reestruturação que terá no fordismo-taylorista seu marco fundante para o processo de racionalização do trabalho e maior controle do trabalho vivo, possibilitando um processo longo de transformações socioculturais, organizacionais e tecnológicas; alterando a lógica de produção de

mercadorias e serviços.

Porém, é preciso salientar que essas mudanças ocorreram de forma heterogênea, diferenciada entre países e regiões, entre empresas e setores, entre empregadores e empregados. Tal modelo, porém, começa a apresentar sinais de esgotamento na década de 60 do século XX. Ações reivindicatórias da classe trabalhadora, a luta de classes e a crise estrutural do capital onde se destaca a taxa decrescente de lucros do modelo juntamente com uma crise de superprodução foram fatores que engendraram no colapso do fordismo e do Keynesianismo.

A literatura acadêmica que se debruça sobre as transformações no mundo do trabalho delimita o último quartel do século XX como marco temporal da crise do modelo fordista-taylorista (processo esse que atinge primeiramente os países conhecidos como centrais, a saber, EUA, Japão, França e Inglaterra). Engendra em uma série de significativas mudanças nas formas de operacionalização do capital. Transformações denominadas pelos diversos campos de estudos referentes a temática como III Revolução Industrial, ou, como preconiza Castells (1999) a Revolução da Tecnologia da Informação, essa que impulsionou e impulsiona uma revolução tecno-informacional sem precedentes na história do capitalismo. Uma revolução centrada nas tecnologias da informação que tem como caracterização

maior flexibilidade de gerenciamento; descentralização das empresas e sua organização em redes tanto internamente quanto em suas relações com outras empresas; considerável fortalecimento do papel do capital vis-à-vis o trabalho, com o declínio concomitante da influência dos movimentos de trabalhadores; individualização e diversificação cada vez maior das relações de trabalho; incorporação maciça das mulheres na força de trabalho remunerada, geralmente em condições discriminatórias; intervenção estatal para desregular os mercados de forma seletiva e desfazer o estado do bem-estar social com diferentes intensidades e orientações, dependendo da natureza das forças e instituições políticas de cada sociedade; aumento da concorrência econômica global em um contexto de progressiva diferenciação dos cenários geográficos e culturais para a acumulação e a gestão do capital (Castells, 1999, p. 21-2).

Para alguns autores que defendem a tese da especialização flexível¹, as transformações no mundo do trabalho geradas a partir de 70 do século XX apresentam características positivas em relação ao fordismo-taylorismo, pois possibilitaria o

¹ Esta seria a expressão de uma processualidade que teria possibilitado o advento de uma nova forma produtiva que articula, de um lado, um significativo desenvolvimento tecnológico e, de outro, uma desconcentração produtiva baseada em empresas médias e pequenas, 'artesaniais'. Este novo modelo recusa a produção em massa, típico da grande indústria fordista, e recupera uma concepção de trabalho que, sendo mais flexível, estaria isenta da alienação do trabalho intrínseca à acumulação de base fordista. Um processo 'artesanal', mais desconcentrado e tecnologicamente desenvolvido, produzindo para um mercado mais localizado e regional, que extingue a produção em série, comportando experiências bem-sucedidas também em regiões industriais nos EUA, na Alemanha e na França, entre outras áreas, inspirado num neoproudonismo, seria então responsável pela superação do modelo produtivo que até recentemente dominou o cenário da produção capitalista. O elemento causal da crise capitalista seria encontrado nos excessos do fordismo e da produção em massa, prejudiciais ao trabalho, e supressores da sua dimensão criativa (SABEL; PRIORI, apud ANTUNES, 1999.)

surgimento de trabalhador com mais qualificação, polivalente, multifuncional. Tomaney (1996) postulará que as transformações ocorridas não engendram em uma nova forma de organização social, mas sim em uma intensificação das técnicas já existentes no modelo fordista-taylorista, onde o trabalhador sofreria com a implementação do *just-in-time*², tendo seu trabalho intensificado.

Para Harvey (1996), o cerne para o entendimento da problemática posta é compreender a reestruturação produtiva ocorrida nos anos 70 do século XX através do confronto de idéias entre ruptura e continuidade. Para o autor, o que se configura são novas formas de acumulação de capital denominada de *acumulação flexível*, em contraposição ao rígido modelo fordista-taylorista. Afirma que

[...]a acumulação flexível é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças nos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores com entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado "setor de serviços", bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas [...] esses poderes aumentados de flexibilidade e mobilidade permitem os empregadores exercerem pressões mais fortes de controle do trabalho [...] (HARVEY, 1996, p.140)

Antunes (2005) procura qualificar esse momento como sendo de mudanças estruturais na lógica do capital e não de ruptura com os grandes parâmetros que o caracterizariam. Procuramos, pois, embasar nosso estudo no referencial teórico deste último autor, apresentando as especificidades das transformações que estavam em curso (e que ainda estão) e as consequências dessa reestruturação produtiva para o mundo do trabalho. Aponta, pois, que,

Embora a crise estrutural do capital tivesse determinações mais profundas, a resposta capitalista a essa crise procurou enfrenta-la tão-somente na sua superfície, na sua dimensão fenomênica, isto é, reestrutura-la sem transformar os pilares essenciais do modo de produção capitalista. Tratava-se, então, para as forças da Ordem, de reestruturar o padrão produtivo estruturado sobre o binômio taylorista e fordista, procurando, desse modo, repor os patamares de acumulação existentes no período anterior, especialmente no pós-45, utilizando-se, de novos e velhos mecanismos de acumulação (ANTUNES, 1999, p. 36).

2 Processo de organização da forma de trabalho que tem por finalidade reduzir os custos com armazenamento; por isso, a tendência nesse processo é produzir somente o que foi vendido (ORGANISTA, 2006).

O modelo de produção japonês ou Toyotismo se apresenta como resposta a essa crise. Utilizando a expressão de Lucaks, consolida-se como “momento predominante” no processo de reestruturação produtiva do capital para o novo regime de “acumulação flexível do capital”. Segundo Hirata (1993), o termo “modelo japonês” vem sendo utilizado em várias acepções, quais sejam:

- ▶ um modelo de relações industriais que teria como característica principal a exclusão de grande parcela de trabalhadores, pois se trata do sistema de emprego denominado “vitalício”, adotado por grandes empresas japonesas para os empregados com contratos regulares e do sexo masculino

- ▶ um modelo de organização do trabalho e da empresa que daria respeito a uma modalidade particular de divisão social do trabalho na empresa, com a não-alocação do trabalhador a um posto de trabalho específico, o que geraria diversas consequências. A primeira delas refere-se a um funcionamento baseado na polivalência e na rotação de tarefas. Outros desdobramentos da adoção da nova organização do trabalho seriam uma divisão menos nítida entre operários de manutenção e de fabricação e entre as diversas categorias hierárquicas e uma linha de demarcação mais difusa entre a direção e a execução, com o trabalhador dominando o processo global de produção. Além disso, a organização do trabalho à japonesa compreende – e aqui repousa um de seus aspectos mais visíveis e difundidos – a implantação de um conjunto de técnicas e métodos de organização do trabalho e da produção, como o JIT (Just In Time), o CCQ (Círculo de Controle de Qualidade), a célula de produção, o trabalho em grupo etc.

- ▶ um modelo de organização industrial entre empresas com característica dualista e hierarquizante, no qual se estabelecem trocas de tipo muito particular entre fornecedores e subcontratados de um lado e as grandes empresas, de outro

As conseqüentes mudanças estruturais preconizadas pela nova lógica neo-liberal acarretam mudanças significativas nos âmbitos econômico, sociocultural e político. Ocasionalmente, pois, a perda das garantias e proteções sociais, rompendo e desmontando a lógica da sociedade salarial. O processo a ser analisado dentro dessa nova morfologia do mundo do trabalho é o da compreensão do movimento de desconstrução da relação salarial (fruto da sociedade pós II Guerra Mundial). Essas mudanças no paradigma da sociedade salarial e a perda da razão social do trabalho pela perda dos direitos trabalhistas é o que denominamos de *precarização do trabalho*.

Compreendemos, pois, precarização do trabalho como desestruturação dos

direitos trabalhistas e sua regulamentação de exploração da força de trabalho como mercadoria. Segundo Castel (2002), o desemprego se configura como o risco social de maior importância na atual conjuntura da modernidade ao apresentar o fator de *dessocialização*, resultado de processos de transformações perceptíveis no mundo do trabalho que ocorrem no bojo do processo de globalização - capitalização mundial. A característica principal da nova condição salarial é seu caráter de flexibilidade.

É na flexibilidade que iremos encontrar o constituinte fundante da nova lógica sócio-organizacional da produção, assumindo uma série de postulados e particularidades. Um exemplo disso são os escritos de Salermo (1995) que apresentam oito dimensões da flexibilidade, a saber, a flexibilidade estratégica, flexibilidade de gama, de volume, de adaptação sazonal, de adaptação a falhas, de adaptação a erros de previsão, flexibilidade social intra-empresa e flexibilidade social extra-empresa. Porém, é na flexibilidade relativa à legislação trabalhista que encontramos o terreno estratégico para a acumulação do capital.

No momento atual, a sociologia do trabalho crítica e as ciências sociais do trabalho (cf. Bialakowsky e Hermo, 1995) perpassam seus estudos em três eixos: a) sobre a mutação do sistema capitalista, intensificado por suas contradições decorrentes da superflexibilização da força de trabalho e do atravessamento sistêmico do contínuo de exclusão-extinção; b) sobre as fontes epistemológicas, a partir dos paradigmas da complexidade e da transdisciplinaridade; e c) por incorporar a dimensão antropológica em um sentido profundo na co-produção investigativa.

A partir dessa perspectiva, a grande quantidade de estudos do trabalho pode ser lida com base nessas três contribuições convergentes, que em parte deslocam e em parte complementam os paradigmas tradicionais. No entanto, essa confluência ou mudança de perspectiva não incorpora apenas temas destinados à classe trabalhadora, mas representa, também, uma transformação que perpassa todos os planos do conhecimento: o dado, o conceito e seus fundamentos epistemológicos e metodológicos.

Optamos pela utilização do conceito de trabalho encontrada em Blanch (1996) ao entender o trabalho como fenômeno que atravessa todos os aspectos da cultura, que transcende uma dimensão econômica, estendendo-se nos diversos âmbitos relevantes da vida das pessoas e da sociedade. Em outros escritos, afirma que

cuando hablamos de trabajo, nos referimos a una actividad humana, individual o colectiva, social, compleja, dinámica, cambiante e irreductible a una simple respuesta instintiva al imperativo biológico de material de emergencia. Se distingue de cualquier práctica de otros animales por su naturaleza reflexiva,

Aquino (2005) entende o trabalho como uma categoria antro-po-histórica. Afirmar que o trabalho, além de ser um categoria histórica (pois o modo como se constrói a subjetivação pela atividade laboral está intrinsecamente ligado a uma determinado contexto e época) é, também, antropológica, significa pensarmos e afirmarmos seu papel como atividade central na formação da da subjetividade humana.

O trabalho é entendido como atividade de produção do ser humano em dois eixos: produção da realidade material e produção de subjetividade. Colocando-se como categoria-mestra na definição da subjetividade humana, meio pelo qual os homens se expressam e se significam, compondo relações de diferentes níveis das produções humanas, constitui-se como referência para a definição do sujeito e de sua identidade. Partindo do entendimento de trabalho como categoria psicossocial chave, procuramos entender na contemporaneidade o papel que ele ocupa como definidor na construção das relações sociais e da subjetividade.

Pensar o trabalho como categoria central nessa processo é problematizar a importância que o mesmo ainda exerce na vida dos trabalhadores, mesmo diante de uma reestruturação produtiva ocorrida nos últimos 30 anos, com a crise dos modelos toyotista/fordista e da sociedade salaria nos países centrais, e posteriormente nos países periféricos como o Brasil.

As afirmações de descentralização da categoria trabalho, protagonizadas por autores como Andre Gorz (1982) em *Adeus ao proletariado*, ao afirmar o fim do proletariado e tudo que engendraria de sua força social; Negri & Lazzarato (2001) ao afirmarem uma nova forma de produção da subjetividade, em que o *valor* não depende exclusivamente da exploração direta do trabalhador, e sim dos processos sociais constituídos nas relações produtivas; apresenta-nos um cenário onde o trabalho está em processo de desaparecimento, onde o capital não necessita mais dessa mercadoria.

O declínio do modelo de pesquisa social que tem o trabalho como categoria central pode ser constatado por uma rápida olhada nas preocupações temáticas, nos pressupostos mais ou menos tácitos e nas opiniões relevantes que governam a ciência social contemporânea. Deste ponto de vista, encontra-se ampla evidência para a conclusão de que o trabalho - e a posição dos trabalhadores no processo de produção - não é tratado como o mais importante princípio organizador das estruturas sociais, de que a dinâmica do desenvolvimento social não é concebida como nascendo dos conflitos a respeito de quem controla o empreendimento industrial; e de que a otimização das

relações entre meios e fins técnico-organizacionais ou econômicos não é considerada a forma de racionalidade que prenuncia um desenvolvimento social posterior.

Para esses estudiosos, críticos da centralidade do trabalho na contemporaneidade, o trabalho deixar de ser categoria chave. Buscamos afirmar exatamente o contrário, pois esse trabalho que na contemporaneidade adquire novas modalidades e características, novos arranjos em sua própria estrutura de mercado, que é mais complexificado, heterogeneizado e intensificado em seus ritmos e processos é categoria central na análise das transformações ocorridas e que estão em curso (Antunes, 2005).

Desregulamentação, flexibilização, terceirização, bem como todo esse receituário que se esparrama pelo mundo do trabalho, são expressões de uma lógica societal onde o capital vale e a força humana de trabalho só conta enquanto parcela imprescindível para a reprodução deste mesmo capital. Isso porque o capital é incapaz de realizar sua auto-valorização sem utilizar-se do trabalho humano. Pode diminuir o trabalho vivo, mas não eliminá-lo. Pode precarizá-lo e desempregar parcelas imensas, mas não pode extingui-lo. (Idem, 2005). Aquino (2005) explicita que

as transformações advindas da nova organização do capitalismo geraram o que se convencionou chamar 'crise da sociedade do trabalho', uma vez que deram início ao questionamento sobre o sentido e o lugar do trabalho na estrutura social bem como seu impacto na construção subjetiva do trabalhador. É o processo de mudança que constitui o que denominamos precarização (pág.3).

A substituição do modelo fordista/taylorista de produção e do consumo de massa vai dar início ao que denominamos de processo de flexibilização do trabalho, originada de uma flexibilização técnica que se torna flexibilização social, é a base de entendimento para a problemática da precarização. Característica que surge de uma nova lógica de estruturação do mercado de trabalho, apontando para uma intensificação do subproletariado fabril e de serviços e a perda progressiva de garantias e direitos trabalhistas. Esses trabalhadores são conhecidos como "*part-time*", terceirizados e subcontratados. Intensifica-se a subcontratação do trabalho, engendrando em um profundo agravamento da desigualdades sociais e da pobreza da classe-que-vive-do-trabalho (Antunes, 2005).

Luciano Vasapollo caracteriza de maneira clara esse fenômeno:

A nova condição de trabalho está sempre perdendo mais direitos e garantias sociais. Tudo se converte em precariedade, sem qualquer garantia de continuidade: 'O trabalhador precarizado se encontra, ademais, em uma fronteira incerta entre ocupação e não-ocupação e também em um não menos incerto

reconhecimento jurídico diante das garantias sociais. Flexibilização, desregulação da relação de trabalho, ausência de direitos. Aqui a flexibilização não é riqueza. A flexibilização, por parte do contratante mais frágil, a força de trabalho, é um fator de risco e a ausência de garantias aumenta essa debilidade. Nessa guerra de desgaste, a força de trabalho é deixada completamente descoberta, seja em relação ao próprio trabalho atual, para o qual não possui garantias, seja em relação ao futuro, seja em relação à renda, já que ninguém o assegura nos momentos de não-ocupação. (Vasapollo, 2006 e Vasapollo e Ariola, 2005).

Em um contexto mais analítico, podemos concluir que a classe-que-vive-do-trabalho incorpora tanto o núcleo central do proletariado industrial, os trabalhadores produtivos que participam diretamente do processo de criação de mais valia e da valorização do capital que hoje transcende em muito as atividades industriais, dada a ampliação dos setores produtivos nos serviços, como engloba os trabalhadores improdutivos, que não criam de forma direta a mais valia, uma vez que são utilizados como serviço, seja ela para uso público e seus serviços públicos, seja para uso capitalista.

Ao analisarmos a classe trabalhadora contemporânea é preciso reconhecer essa forma compósita, heterogênea e multifacetada que caracteriza a nova morfologia do mundo do trabalho: além das características laborais diversificadas entre os trabalhadores estáveis e precários, homens e mulheres, jovens e idosos, nacionais e imigrantes, brancos e negros, qualificados e desqualificados, empregados e desempregados, temos também as estratificações e fragmentações que se acentuam em função do processo crescente de internacionalização do capital.

Estas consequências no interior do mundo do trabalho evidenciam que, sob o capitalismo, não se constata o fim do *trabalho* como medida de *valor*, mas uma mudança *qualitativa*, dada, *por um lado*, pelo peso crescente da sua dimensão mais qualificada, do trabalho multifuncional, do operário apto a operar com máquinas informatizadas, da *objetivação de atividades cerebrais* (Lojkine, 1995). Por outro lado, pela *intensificação* levada ao limite das formas de exploração do trabalho, presentes e em expansão no *novo proletariado*, no *subproletariado industrial e de serviços*, no enorme leque de trabalhadores que são explorados crescentemente pelo capital, não só nos países subordinados, mas no próprio coração do sistema capitalista.

Apesar do trabalho continuar sendo o centro da vida da maioria das pessoas, é crescente o número de trabalhadores que não reconhecem a esfera profissional como um espaço de realização, de reconhecimento, de poder ser útil à sociedade. Existe uma minoria de trabalhadores atuando em funções que permitem envolvimento e identificação. Existe na realidade um grande grupo que trabalha apenas por necessidade financeira, que almeja outro emprego, que trocaria facilmente de atividade profissional. Para esse

grupo, o trabalho não é um fim em si mesmo, é exclusivamente um meio para alcançar outros objetivos.

Segundo Mascarenhas (2000) o trabalho:

(...) vem sendo reduzido a mera atividade vital, cuja única e exclusiva orientação ainda é a subsistência (...) não mais permite a possibilidade de afirmação pessoal, mas nos aprisiona junto ao impulso vital das necessidades imediatas. O trabalho precisa estar integrado à vida, ter um sentido, não pode se restringir a ser um meio de sobrevivência.

O indivíduo precisa vislumbrar a possibilidade de realização dos seus planos e projetos, desvinculados do mero acesso a bens materiais e suas simbologias. Uma atividade profissional que incorpora um significado intrínseco, que tem valor por si mesma, ajudará na construção de uma nova sociabilidade, marcada por valores éticos. No entanto, isto também exige uma outra antítese das condições atuais, isto é, trabalho para todos. Este impasse impõe a necessidade urgente de se incrementar estudos referentes à saúde do trabalhador em uma perspectiva interdisciplinar, que possibilitem o levantamento de discussões a respeito dos impactos da reestruturação produtiva sobre a qualidade de vida no trabalho, em nosso caso específico, os professores da rede pública de ensino do estado do Ceará.

3. APORTE METODOLÓGICO

Tendo como referencial teórico a Psicologia Social do Trabalho, Sociologia do Trabalho, Sociologia do Discurso e a História-Social do Trabalho, nosso campo norteador teórico se demarca nos escritos dos autores citados anteriormente. Utilizando uma amostragem não-probabilística e intencional escolhida, em nosso caso específico, os professores aprovados no concurso realizado pela SEDUC/CE no ano de 2009, objetivamos um estudo empírico dos processos de precarização/flexibilização, atendendo para a percepção dos sujeitos afetados pelos processos descritos e sua situação laboral.

Possuindo o pesquisador familiaridade com campo e a realidade laboral a ser estudada, adquirida ao exercer a função de professor substituto durante os anos de 2008 e 2009, o interesse pela pesquisa surgiu da constatação de um “mal-estar”, um “incômodo” que é vivenciado e compartilhado entre os professores sobre sua situação laboral, a escolha de sua carreira e sobre futuras projeções profissionais. Nas falas, nas “brincadeiras”, seja na sala dos professores, nos corredores da escola, a raiva e a

melancolia eram percebidas quando o assunto remetia a nossa realidade laboral e engendrava em questões como renda salarial, condições de trabalho, carga horária excessiva e futuro profissional.

Para Blanch (1996)

cada grupo social construe y reproduce las significaciones de las experiencias que establece como relevantes. Es por ello que la acción de trabajar entraña connotaciones que se extienden a lo largo de los más diversos continuos bipolares (maldición-bendición, esclavitud-emancipación, alienación-realización) y que la hace susceptible de ser vivida como castigo, vocación, derecho, deber, valor de cambio e uso, instrumental o final (p.97).

Entendemos que a opção por uma amostragem não-probabilística e intencional escolhida nos oferece a possibilidade para um maior aprofundamento compreensível da percepção dos sujeitos afetados pela precarização e flexibilização laboral, tendo como corte objetivo um determinado grupo a ser observado: ser professor da rede pública de ensino cearense com no mínimo 06 meses de experiência.

Partindo desses recortes conceituais procuraremos construir um roteiro de perguntas que engendraria em uma entrevista semi-estruturada, tendo como finalidade principal conhecer a vida laboral do sujeito entrevistado; a percepção de sua condição de ser professor, os motivos que o levaram a exercer determinada carreira, suas perspectivas futuras em relação a sua profissão e sua situação laboral, e a forma em como é vivenciada essa situação. Utilizaremos duas epistemologias-metodológicas, a saber o conceito de *experiência histórica e cultural* de Thompson (1987) e a Análise Sociológica do Discurso de Alonso (1998).

O conceito de *experiência histórica e cultural* desenvolvido por E. P. Thompson é um dos marcos fundantes da teoria crítica ao marxismo estruturalista preconizada por Althusser. O conceito thompsoniano apresenta uma ruptura clara e incisiva entre superestrutura cultural e a estrutura econômica material. Para o autor, o conceito de classe social é um conceito histórico em constante processo de formação e reformulação, um processo que ocorre efetivamente nas relações sociais.

A sua crítica ao estruturalismo como um sistema rígido de estruturas que impedem a ação humana, reside na negligência em que esse trata aspectos relacionados a tradição cultural e popular. Em *A Formação da Classe Operária Inglesa*, em título auto-explicativo, Thompson analisa o modo de vida do trabalhador inglês do século XVIII e suas tradições, explorando nas experiências os aspectos culturais e de consciência de classe.

Afirma que a formação da classe não é um processo unicamente econômico,

mas também cultural, sendo resultado de experiências comuns construídas historicamente pela relações humanas e suas relações de produção. A consciência de classe pode ser compreendida através da maneira que essas experiências são tratadas em termos culturais que são intrínsecos as tradições, as idéias, aos valores (THOMPSON, 1987). A classe e a consciência de classe constroem-se através da experiência vivida histórica e culturalmente.

Se detemos a história num determinado ponto, não há classes, mas simplesmente uma multidão de indivíduos com um amontoado de experiências. Mas se examinarmos esses homens durante um período adequado de mudanças sociais, observaremos padrões em suas relações, suas idéias e instituições. A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história (THOMPSON, 1987, v. 1, p. 11).

Para o autor, a classe não pode ser representada unicamente por um grupo de pessoas ou qualquer forma de instituição, mas antes é a relação dialética que se exerce entre os sujeitos. Atribuir à “classe” uma categoria de análise no processo é reducionista se não levado em consideração o agir humano dentro de um determinado contexto histórico, não como sujeitos atomizados, mas que vivenciam relações produtivas e trabalham com essa experiência em sua consciência e cultura.

A compreensão do conceito de experiência em Thompson se dá pela idéia de uma consciência de classe histórica e em constante formação, em uma *experiência histórica*, sendo impossível pensar um classe social separada de outra. A *experiência* é a influência do sujeito histórico, do “ser social” sobre a “consciência social”

Pela experiência os homens se tornam sujeitos, experimentam situações e relações produtivas como necessidades e interesses, como antagonismos. Eles tratam essa experiência em sua consciência e cultura e não apenas a introjetam. Ela não tem um caráter só acumulativo. Ela é fundamentalmente qualitativa (THOMPSON, 1981 apud GHON, 1997, p. 204).

Para a nossa investigação, o conceito de *experiência* em Thompson contribui para a compreensão de que o grupo de professores a serem estudados são sujeitos de sua história, fazendo parte da mesma, são os agentes de suas relações sociais, culturais e afetivas. Construídas em uma dinâmica racionalizada de produção do “ser social”, do “ser professor”.

O segundo aporte metodológico-teórico será a Análise do Discurso. A linguagem e conseqüentemente o discurso teve nos últimos anos para as Ciências

Sociais papel de fundamental importância tanto teórica quanto metodológica. Um dos exemplos mais caros a essa leitura é a Análise do Discurso, que surge no bojo do Giro Linguístico. O discurso como campo de análise é multidisciplinar, atravessando e perpassando diversos campos epistemológicos, sendo fonte para estudos tanto da materialidade discursiva quanto do comportamento de seus atores discursivos.

A Análise do Discurso se debruça em temáticas que abordam as diversas interações cotidianas, processos de memória e questões de cunho sociológico e psicossocial como gênero, trabalho, exclusão/inclusão social. Como metodologia, a AD apresenta semelhanças nos enfoques metodológico das pesquisas qualitativas, mas um fator a se destacar na AD não é apenas a sua importância como importante aporte de método para as Ciências Sociais, principalmente a Sociologia e a Psicologia, mas uma *mirada* pelo qual é possível a analisar os processos sociais. A AD é simultaneamente teoria e método.

Trabalharemos com a Análise Sociológica do Discurso. Para melhor delimitarmos o campo de atuação epistêmico-metodológico da ASD, utilizaremos a proposta de Alonso (1998) para o entendimento das diversas abordagens da AD em três eixos, sendo eles,

a) **informacional-quantitativo**: que tem na *palavra* o foco de análise, as características mais manifestantes no discurso.

b) **estrutural-textual**: de tradição francesa, os textos são lidos e analisados como estruturais universais e invariáveis.

c) **social-hermenêutico**: é no qual se situa a ASD, a análise do discurso é uma análise do *discurso social*.

O trabalho de Análise Sociológica do Discurso consiste na compreensão das produções discursivas dos sujeitos que, ao falar sobre sua realidade social, não é passivo ou inconsciente, seu discurso não é apenas um amontoado de palavras e sinais que através de correlações podem conduzir o pesquisador ao conhecimento da realidade. Alonso (1998) explica que

el análisis del discurso como análisis sociohermenéutico es un análisis pragmático del texto y de la situación social – micro y macro – que lo há gerado. El trabajo sociohermeneutico parte así de que no buscamos códigos universales, sino el significado de las acciones de los sujetos sociales (p.211).

No processo de análise dos discursos procuraremos compreender o que o sujeito entrevistado demonstra como verdade a respeito de seu grupo social e de sua realidade laboral. O trabalho de análise interpretativa visa a compreensão do discurso em seu contexto social e em sua historicidade, objetivando os efeitos do discurso na constituição da subjetividade, procurando uma compreensão que vá além da análise estrutural do discurso e de uma dimensão apenas descritiva, almejando alcançar e compreender o conjunto de significados daquele que é entrevistado. É o que se define como *sociohermenêutica*, o objetivo de encontrar um modelo de representação e compreensão do texto concreto em seu contexto social e na historicidade de suas exposições, a partir da reconstrução dos interesses dos atores que estão implicados no discurso (Alonso, 1998).

BIBLIOGRAFIA

ALONSO, L. E. **La mirada cualitativa en sociología**. Madrid: Ed. Fundamentos, 1998.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **Adeus ao trabalho?** Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Os sentidos do trabalho:** ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

AQUINO, C. A. B. **Reflexões sobre a precarização laboral: uma perspectiva da Psicologia Social**. In: II Jornada Internacional de Política Pública. 2005. São Luís – MA.

BLANCH, J.M. **Psicología Social del Trabajo**. In: ÁLVARO, J. L.; GARRIDO, A. & TORREGROSA, J. R. (Orgs.) (1996). **Psicología social aplicada**. Madrid: McGraw-Hill, 1996.

_____. **Trabajar en la modernidad industrial**. In J. M. Blanch (Org.), **Teoría de las relaciones laborales: fundamentos**. Barcelona: UOC, 2003.

_____. **Psicología Social del Trabajo**. In M. Aguilar y A. Reid (Coords.). **Tratado**

de Psicologia Social. Perspectivas Socioculturales. México -Barcelona: Anthropos – UAM, 2007.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede (A era da Informação: economia, sociedade e cultura; v. 1).** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DEJOURS, C. **A banalização da injustiça social.** Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social.** 2. ed. Sao Paulo: Martins Fontes, 1999.

GOHN, G. M. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** São Paulo, SP: Edições Loyola, 1997.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

HARVEY, David. **Condição pósmoderna.** 6a ed. São Paulo: Loyola, 1996.

HIRATA, H. Apresentação. In: Hirata, H. (org.). **Sobre o modelo japonês.** São Paulo, Edusp/ACBJ, 1993.

LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx.** Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria e Editora Ciências Humanas, 1979.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** Sao Paulo: Martins Fontes, 1989.

NARDI, H. C. **Ética, trabalho e subjetividade: trajetórias de vida no contexto das transformações do capitalismo contemporâneo.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006.

NEGRI, A & LAZARRATO, A. **O Trabalho imaterial.** Rio de Janeiro: DPA.

ORGANISTA, José Henrique Carvalho. **O debate sobre a centralidade do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SALERNO, Mário. (1995a), **Flexibilidade e organização produtiva**, in N. Castro (org.), *A máquina e o equilibrista: inovações na indústria automobilística brasileira*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

TOMANEY, John. **A New Paradigm of Work Organization and Tecnology?**. In AMIN, Ash, 1996.

THOMPSON, Edward P. **A Formação da classe operária inglesa**. Trad. de Denise Bottmann. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3 v.